

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carla Rejane Santos Ribeiro

O jogo e o brincar na promoção da inclusão de crianças com necessidades
educativas especiais na escola

Porto Alegre

2009

Carla Rejane Santos Ribeiro

O jogo e o brincar na promoção da inclusão de crianças com necessidades
educativas especiais na escola

Trabalho de Conclusão do Curso de
Especialização em Educação Especial e
Processos Inclusivos, do Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Faculdade de Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof^a: Mauren Lúcia Tezzari

Porto Alegre

2009

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA	9
2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	10
2.1.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	11
2.2 CONHECENDO UM POUCO DA HISTÓRIA DAS ESCOLAS PESQUISADAS	13
2.2.1 A Escola de Ensino Fundamental GV	13
2.2.2 A comunidade escolar da Escola de Ensino Fundamental GV	13
2.4 Um pouco da história do município de Gravataí	15
2.3 A Escola de Educação Infantil BMQ	15
2.3.1 A comunidade escolar da EMEI BMQ	17
3 MOVIMENTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	19
4 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE INFÂNCIA	24
5 O BRINCAR E O JOGO EM DEFINIÇÃO	26
5.1 A importância do brincar para a criança.....	28
5.2 Pensadores que defendem o brincar.....	33
5.3 O brincar e a criança com necessidades educativas especiais.....	38
6 O USO DO BRINCAR E A INCLUSÃO ESCOLAR NA VISÃO DOS PROFESSORES	40
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52

8 REFERÊNCIAS.....	54
9 ANEXOS.....	56

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o papel do jogo e do brincar baseado em uma proposta lúdica de ensino, destacando as suas implicações dentro do processo de inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na escola pública. Também procurou se identificar a intencionalidade das atividades lúdicas aplicadas, pelos professores em sala de aula nas turmas que apresentam alunos com necessidades educativas especiais, e o seu envolvimento com esta prática de ensino. Buscou-se pesquisar sobre o espaço interno e externo do ambiente escolar onde são promovidas as brincadeiras, com as turmas, se são apropriados e adequados analisando juntamente a participação dos alunos com necessidades educativas especiais durante as interações nas atividades relacionadas com o brincar dentro da rotina escolar. O campo de investigação duas escolas: uma escola de educação infantil do município de Gravataí em que estão matriculados alunos com necessidades educativas especiais e uma escola da rede municipal de Cachoeirinha. Na busca de dados para responder as questões que orientam a pesquisa, foram realizadas entrevistas com as professores que atuam nas referidas escolas. Foram propostas questões relacionadas com o cotidiano do brincar dentro do contexto escolar da realidade pública. Também foram feitas observações nas turmas investigadas, nos momentos de atividades lúdicas e em recreios. Foi possível observar que os professores, em seus posicionamentos evidenciados nas entrevistas realizadas, são favoráveis à inclusão escolar. Os resultados das entrevistas constataram também a importância do ato de brincar para a criança com necessidades educativas especiais considerando o estabelecimento de vínculos com os colegas, as interações e a aprendizagem. Outro aspecto importante do trabalho refere-se à leitura e análise dos projetos políticos pedagógicos das duas escolas, a fim de aprofundar a pesquisa, conhecer melhor a realidade das instituições e identificar pontos de sintonia com o aporte teórico do presente trabalho. Este trabalho tem como referenciais teóricos estudos sobre o brincar, a ludicidade e jogo dos seguintes autores: Tizuko Morchida Kishimoto, Gilles Brougère, Friederic Froebel, Vygotsky, Tânia Ramos Fortuna, Edda Bontempo.

Palavras chave: brincar, brinquedo, jogo, inclusão, educação infantil, aprendizagem, desenvolvimento, lúdico e infância.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de especialização se propõe a destacar a importância da atividade lúdica para o favorecimento da inclusão escolar e o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais na escola regular.

A criança, ao brincar, tem a oportunidade de relacionar-se e perceber-se na relação com o outro, pois ao participar de uma brincadeira a criança se socializa. A brincadeira é prazerosa para toda criança e necessária para a integração dos alunos com necessidades educativas especiais no contexto escolar. Ela é uma maneira de integrar todas as crianças tornando o ambiente escolar saudável, lúdico e divertido, propício para a inclusão.

O meu envolvimento com esse tema relacionado com o brincar e crianças iniciou das observações diárias das atividades lúdicas, como as brincadeiras que desenvolvo ao longo da minha vida profissional como educadora, onde já trabalhei com crianças de diferentes faixas etárias e realidades sociais. Acompanhei crianças em atividades no brincar e observei o quanto elas se organizam e desempenham papéis com independência e criatividade.

Atualmente realizo atividades lúdicas com crianças da faixa etária de seis a sete anos, em turmas que apresentam alunos considerados com necessidades educativas especiais, em duas redes municipais de educação. Também o que me motivou foram as lembranças de um trabalho realizado na FADERS (Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPDS e PPAHS no RS), em Porto Alegre, no Cazon (Centro Abrigado Zona Norte), onde exerci o cargo técnico na área de Recreação e Lazer e realizei várias atividades recreativas e de lazer direcionadas aos adultos com necessidades especiais que freqüentavam este local, com o objetivo de desenvolver a integração, o bem-estar e favorecer a auto-estima dos mesmos. O centro atende alunos com necessidades educativas especiais nos turnos da manhã e tarde, e tem como finalidade o atendimento dos alunos em atividades

ocupacionais, em oficinas protegidas de produção. Na época precisei fazer estudos e leituras sobre brincadeiras e atividades relacionadas com o lazer a fim de aprimorar o trabalho com os aprendizes, como eram chamados alunos que estavam presentes no centro. Vale destacar que eram todos adultos e, em sua maioria, oriundos de famílias de classe média, com acesso a diferentes atividades culturais. A minha preocupação era a não infantilização dos mesmos durante as recreações em grupo, embora fossem pessoas com deficiências diversas: deficiência mental, síndrome de Down, autismo, entre outras.

Considero importante destacar a função do brincar na socialização e promoção do desenvolvimento de todas as crianças na escola, além de ser um meio facilitador da inclusão de crianças com necessidades especiais no ambiente escolar. Ao se pensar em atividade lúdica que integre os alunos com necessidades especiais, busca-se usar um instrumento de aprendizagem que crie condições para que todos os alunos explorem os movimentos e interajam com seus colegas, sendo que a relação entre o aprender e o brincar é muito importante também para a criança com necessidades educacionais especiais.

Busquei durante a minha pesquisa investigar como os professores promovem a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas atividades lúdicas no cotidiano da sala de aula. E procurei também, compreender como se dá a interação no grupo durante as brincadeiras de todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais. Também procurei investigar como são as instalações físicas das escolas pesquisadas, onde são promovidas as atividades lúdicas para os alunos.

Inicialmente, no capítulo II, serão apresentados os aspectos metodológicos que foram realizados na pesquisa. No capítulo III serão mostrados os momentos históricos da educação especial, com o objetivo de mostrar a forma como ocorreu no Brasil o movimento pela inclusão escolar das crianças com necessidades educacionais especiais no ensino comum. No capítulo seguinte, será abordada a temática da infância e a construção dessa etapa do desenvolvimento humano, especialmente a partir da modernidade, nas civilizações ocidentais. O brincar, a sua importância para o desenvolvimento

da criança e a concepção do lúdico como um meio de integração do aluno com necessidades educativas especiais serão abordados no capítulo V.

Em conjunto com os itens citados anteriormente, também se verifica a necessidade de investigar em que momento da rotina escolar, nas escolas pesquisadas, é oportunizada a realização de atividades lúdicas. Pretendeu-se examinar o espaço físico das referidas instituições: o pátio, a praça com os brinquedos, os diferentes recursos e materiais existentes, a fim de constatar se a organização dos espaços contribui ou não para a promoção do desenvolvimento de atividades lúdicas integradoras. Para tanto, foram realizadas observações de brincadeiras, jogos e demais atividades que podem favorecer as formas de expressão de todos os alunos. Além disso, buscou-se refletir a respeito da intencionalidade pedagógica das professoras na proposição dessas atividades favorecedoras da integração entre todos os alunos.

METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado em duas escolas públicas municipais localizadas em cidades da região metropolitana de Porto Alegre, sendo uma de educação infantil e outra de ensino fundamental. As entrevistas foram realizadas com professores que atuam em turmas que apresentam alunos com necessidades educativas especiais.

A escolha das escolas se deu porque em ambas encontram-se matriculadas crianças com necessidades educacionais especiais, nas quais atuo como professora. Na escola de ensino fundamental duas turmas apresentam alunos incluídos (I e II ano) das séries iniciais. Um dos alunos recebe atendimento em um SIR (Sala de Integração e Recursos) do município, e o outro apresenta uma deficiência degenerativa. Na escola de Educação Infantil, de outro município, os alunos com necessidades educativas especiais frequentam turmas de diferentes níveis: maternal I, II e jardim, sendo que alguns recebem atendimento educacional especializado em turno oposto, em uma Escola Municipal de Educação Especial do município, que realiza um apoio para os alunos com deficiência mental dentro das áreas especializadas, com os serviços: pedagógico, com alunos de turmas de maternal, pré-escola, alfabetização e oficinas e um apoio técnico onde disponibilizam profissionais de Serviço Social, Psicologia, Terapia ocupacional, Fonoaudiologia, Neurologia, Fisioterapia e Estimulação Precoce. São alunos que evidenciaram algumas deficiências como deficiência visual e outras que se originaram em decorrência de fatores como: asfixia perinatal, parada respiratória, que dificultaram o desenvolvimento normal da fala, e desencadearam um déficit auditivo bilateral. Alguns destes alunos não possuem acompanhamento de especialistas.

O trabalho de pesquisa foi realizado nas seguintes etapas:

1ª etapa: solicitou-se a autorização da direção da escola a autorização para a aplicação do questionário e entrevistas com professores

2ª etapa: após a autorização concedida pela direção entrou-se em contato com os professores para a aplicação do questionário. Informar-lhes sobre o conteúdo e os objetivos da pesquisa a fim de identificar como eles percebem a participação dos alunos com necessidades educativas especiais na rotina escolar e como se dá o envolvimento dos mesmos durante a realização de atividades recreativas. E como vêem o processo de inclusão nas rede municipal de atuação.

3ª etapa: foram realizadas observações nas turmas durante as aulas e no recreio, a fim de acompanhar a participação dos alunos com necessidades educativas especiais na rotina escolar.

4ª etapa: as entrevistas com os professores foram transcritas e analisadas.

2.1 Objetivos da pesquisa

Minha proposta de investigação é constatar a importância das brincadeiras promovidas em sala de aula, dentro de uma proposta lúdica de ensino para favorecer a inclusão, o desenvolvimento e a aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais em diferentes grupos de idade, nas turmas das escolas investigadas. A pesquisa envolveu crianças de duas instituições escolares diferentes em turmas de Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As principais questões de pesquisa a serem investigadas são:

- Constatar os possíveis efeitos do brincar para o favorecimento do desenvolvimento e inclusão das crianças com necessidades educativas especiais na escola infantil.
- Analisar e a participação dos alunos com necessidades educativas especiais nas brincadeiras promovidas pelos professores em de sua proposta de trabalho
- Identificar a intencionalidade das práticas educativas dos professores entrevistados em relação ao brincar para a promoção do desenvolvimento social dos alunos com necessidades educativas especiais.

- Identificar como são promovidas e aplicadas as brincadeiras junto às crianças com necessidades educativas especiais no seu grupo de aula.
- Pesquisar como é o espaço da promoção de atividades lúdicas, se é adequado e qual o tempo destinado para o brincar das crianças

2.1.2. Instrumento de pesquisa

O questionário foi utilizado para a coleta de dados na pesquisa em duas escolas de rede pública. Para serem alcançados os objetivos da pesquisa foram necessários alguns procedimentos como consulta bibliográfica a fim de se obter embasamento teórico e a aplicação do questionário sobre o tema escolhido, para se obter as informações e opiniões dos professores e o seu nível conhecimento sobre o assunto tratado dos professores atuantes na educação infantil e ensino fundamental. O documento apresentou perguntas relacionadas com o brincar e a integração escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, com possibilitando respostas discursivas.

O instrumento de pesquisa foi elaborado com dez perguntas e dividido em três partes. A primeira foi a coleta de dados de identificação: formação geral e tempo de atuação dos professores entrevistados. A segunda parte foi destinada a questões relacionadas com a inclusão no contexto da rede regular de ensino. E na terceira parte foram questionadas as formas de interações em grupo, a participação dos alunos com necessidades especiais e as propostas de atividades lúdicas desenvolvidas pelos professores.

O roteiro do questionário foi estruturado em dez questões conforme descritas abaixo:

- Nome? E turma de atuação?
- Tempo de trabalho exercido no município?
- Qual o teu posicionamento a respeito da inclusão escolar na rede regular de ensino?
- Como esta acontecendo a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na escola deste município?

- Qual a tua opinião sobre o brincar, o jogo e o desenvolvimento da criança com necessidades educativas especiais? Em que momento da rotina escolar surge o brincar para as crianças?
- As participações dos alunos com necessidades especiais são aceitas durante as brincadeiras e demais atividades da sala na turma?
- Como os alunos realizam a interação com os alunos com necessidades educativas especiais?
- Quando propõe um jogo ou brincadeira no grupo quais são os objetivos das atividades?
- De que maneira eles são atingidos?
- Em que momento(s) da atividade lúdica e da rotina da sala de aula tu consegues ver o aluno com necessidades educativas especiais envolvido com espontaneidade para participar?
- Quais os serviços de apoio disponibilizados para os professores que atuam em sala de aula com o aluno com necessidades educativas especiais?

2.2 Conhecendo um pouco da história das escolas pesquisadas:

2.2.1 Um pouco sobre a história do município de Cachoeirinha

Cachoeirinha é um município localizado à 17 km de Porto Alegre e o seu nome teve origem a partir da existência de uma queda d'água que havia próximo a um quilômetro acima da ponte do rio Gravataí. Em 1925 construíram uma ponte de ferro que virou símbolo na cidade, mesmo depois de destruída e no ano de 1928 a rocha que dava a origem da queda d'água, para a dragagem do rio Gravataí, facilitando a passagem de barcos e navios. Os 43,77km² do município de Cachoeirinha pertenciam ao Coronel João Batista Soares, e era distrito de Gravataí, no ano de 1923 seus filhos herdeiros começam a vender as suas terras. Começou assim a expandir a vila que fazia parte de Gravataí e iniciou-se o primeiro loteamento chamado de Vila Cachoeirinha. O município se emancipou de Gravataí em 09 de novembro de 1965 com a lei nº 5090/65. A partir de 1970 a economia de Cachoeirinha se expandiu e originou-se o distrito industrial. Atualmente Cachoeirinha conta com um grande comércio e um potencial industrial. No ano de 2002 foi ampliado o complexo industrial e instalada a fábrica da Souza Cruz.

2.2.2 A Escola Municipal de Ensino Fundamental GV

Neste item serão relatados os aspectos das propostas pedagógicas das duas escolas pesquisadas. As escolas receberão um nome fictício para serem resguardadas a privacidade das mesmas, embora se tenha a autorização prévia da divulgação de seus nomes e dos dados coletados. A escola municipal de Ensino Fundamental GV fica localizada no bairro Vista Alegre do município de Cachoeirinha e foi fundada em 22 de maio de 1969, como Grupo Escolar com o nome de um presidente que governou o Brasil por dois períodos. Nos anos de 1991 a 1994 foram ampliadas as turmas de currículo por atividades e a escola tornou-se escola municipal de ensino fundamental completo Com 48 professores e 16 funcionários atende cerca de 1097 alunos distribuídos nos turnos: manhã, tarde e noite e EJA. Possui 03 laboratórios: 01 de aprendizagem, 01 de ciências e 01 de informática, sendo este último de uso restrito aos alunos ditos “normais”, pois o seu acesso é difícil para alunos cadeirantes, pois não possui rampa de acesso e fica no andar superior da escola. Atualmente a escola funciona em três turnos manhã, tarde e noite e EJA atende 09 alunos com necessidades educativas especiais.

Em sua filosofia a Instituição esclarece a sua proposta de ensino:

A escola é o espaço de desenvolvimento cognitivo e formativo da pessoa, onde cada um, no processo coletivo de apropriação de conhecimento conquista sua autonomia e contribui para a emancipação social, participando da reconstrução da nação, onde a cidadania seja efetivamente exercida para as camadas menos favorecidas de nosso povo. (Projeto Político Pedagógico da EMEF GV, 2006, p.02)

Na sua proposta de ensino a escola aponta como objetivo geral:

Garantir o acesso ao conhecimento básico das diversas áreas do saber, através de mecanismos de inclusão social. (Projeto Político Pedagógico da EMEF GV, 2006, p.03)

A escola possui dois pátios: um com espaço coberto onde os alunos aguardam em filas seus professores para direcionarem-se as salas de aula. Neste local encontra-se um palco para apresentações durante os eventos da escola. Do outro lado a esquerda da entrada de seus portões no pátio encontra-se um playground, onde neste espaço tem um escorregador e balanço sendo utilizado por todas as turmas durante o período do recreio e em períodos alternados. Em seguida, abaixo deste espaço há duas quadras de esportes e, por último, nos fundos está localizada uma praça destinada as

crianças de turmas do I ano. Espaço mais reservado sendo separado por um portão e telas.

2.2.3 A comunidade escolar da Escola de Ensino Fundamental GV

Os alunos que freqüentam esta escola são oriundos das vilas próximas cujas famílias têm um nível sócio-econômico considerado médio-baixo, com uma renda mensal aproximada de dois a quatro salários mínimos. Os pais dos alunos apresentam em sua maioria ensino fundamental incompleto, com poucos casos de pessoas que possuem o ensino médio e formação universitária. Os pais dos alunos exercem atividades autônomas a atividades profissionais sem carteira de trabalho assinada. A escola conta com alguns pais que estudam à noite freqüentando a EJA educação de Jovens e Adultos. No seu marco situacional dentro projeto político pedagógico da escola é apresentado algumas conquistas e melhoramentos feitos na escola conforme abaixo:

Nos últimos anos a nossa escola cresceu e transformou-se nos aspectos físicos e pedagógicos. O ambiente físico está mais organizado, limpo, com boa aparência dos prédios no seu interior e exterior. Tivemos a construção de salas de aula, banheiros, melhoria nas canchas de esportes e pracinha, aquisição de *play ground* para os alunos menores, aquisição de materiais para a educação física atendendo solicitação dos profissionais que atuam nesta área (Projeto Político Pedagógico da EMEF GV, 2006).

2.3 Um pouco da história do município de Gravataí

O município de Gravataí esta localizado a 22km de Porto Alegre e a 15 minutos do aeroporto Internacional Salgado Filho na capital. Teve a sua origem com a tribo Carijós, que habitavam as terras onde está localizada a cidade de Gravataí, no século XVII. O cacique desta tribo era conhecido pelos jesuítas que estavam presentes a serviço da coroa de Portugal, pelo nome de Grande anjo, Potiguara. Segundo a lenda os netos deste cacique nasciam com dentes e já falando. A cidade surgiu às margens de um rio e o nome da cidade tem origem numa espécie de bromélia denominada gravatá, na língua tupi-guarani quer dizer rio dos gravatás. Atualmente Gravataí é considerado um dos maiores e um dos mais importantes município da Região Metropolitana devido ao seu parque industrial ao seu comércio desenvolvido e a instalação do complexo industrial da General Motors (GM). Conta com uma população aproximada de 226.230 habitantes, conforme dados do IBGE de 2008.

2.3.1 A Escola Municipal de Educação Infantil BMQ

A Escola Municipal de Educação Infantil BMQ encontra-se no centro do município de Gravataí, onde é vizinha de bens e serviços públicos diversos como: uma escola municipal, o museu municipal e praças públicas. Seu portão de acesso é em frente a um banco, é rodeada por vários tipos de comércio, há ainda casas e edifícios residenciais. A escola apresenta em seu histórico o início de suas atividades em 1988 quando era chamada de Centro de Educação infantil e neste mesmo ano recebeu a denominação de Escola Maternal e Jardim da Infância BMQ e era localizada em outra região. Atendia aos filhos dos funcionários públicos do município. No ano de 1999 a escola passou a fazer parte da administração da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e vinculou-se no ano de 2003 à Secretaria Municipal de Educação - SMED segundo o decreto nº 5838. A escola recebe alunos com uma prévia avaliação sócio-econômica da família é feita uma ficha de inscrição pelos responsáveis, na escola e encaminhada ao departamento de Serviço Social da SMED que as avalia e encaminha para as escolas infantis, conforme vagas disponíveis. A escola localiza-se em um amplo terreno e possui um pátio arborizado, mas desnivelado e neste lugar estão disponibilizados equipamentos destinados às atividades do brincar: brinquedos de praça, balanços, gangorras e escorregadores. Nesta área o pátio tem partes que são expostos com areia, grama e lajes. O acesso as dependências da escola é feito por pequeno portão do prédio, que é uma casa antiga. A porta de entrada dá acesso a um corredor que distribui as diferentes salas e peças da escola. A primeira sala, do lado direito do corredor, é a secretaria e direção e as duas salas da turma de jardins intercaladas por um banheiro de uso coletivo de todos os alunos. Voltando ao corredor do lado esquerdo em frente a direção esta a sala da turma do maternal II, depois berçário em seguida a sala do maternal I. Anteriormente, a sala do maternal I era um espaço destinado a outras atividades, mas devido a quantidade de alunos, o local foi transformado em sala de aula. No final do corredor tem um porta que dá acesso as outras dependências da escola: despensa, cozinha, lavanderia e refeitório.

As salas de aula das turmas dos jardins são pequenas, com um ventilador de teto e possuem iluminação natural, com janelas maiores. E comportam

aproximadamente seis alunos. Há falta de espaço nas salas de aula com grandes armários diminuindo o ambiente e os colchonetes são dispostos em alambrados acima das mesas. Em cada sala tem apenas duas mesas circulares e seis cadeiras para uso. Foi possível observar que esta escola tem uma estrutura predial inadequada, além de pouco espaço na sala de aula o pátio é desnivelado. Tais dificuldades impossibilitam o desenvolvimento das crianças em sala de aula.

Além das cinco salas de aula a escola possui também uma brinquedoteca, sala de vídeo, também dois banheiros infantis, um banheiro para adulto, lavanderia, despensa, um pátio pequeno na frente e grande atrás da escola, e praça recreativa. Os espaços foram improvisados para o atendimento aos alunos, mas são precários, pois as salas de aula são muito pequenas e em função disto as turmas se compõem de aproximadamente 07 alunos em turmas de jardim e maternais 10 para berçário. As salas neste contexto não apresentam segurança e nem conforto para os alunos em função de serem muito pequenas e os pátios desnivelados, sem segurança.

2.3.2 A comunidade escolar da EMEI BMQ

A escola municipal de educação infantil BMQ atende crianças originárias dos bairros: Auxiliadora, Nova Conquista, Xará, Jansen, Rincão, São Geraldo e Centro sendo diversificada a sua comunidade de alunos, oriundos de diversos bairros. As crianças freqüentam turmas de berçário à jardim. Os alunos possuem uma estrutura familiar onde os pais exercem serviços de caráter formal e informal, e alguns com baixa escolaridade. A escola atende também alunos com necessidades educativas especiais. Atualmente a escola denomina-se Escola Municipal de Educação Infantil e atende, em média, um número de cinquenta e duas crianças entre dois e seis anos de idade, em um período de doze horas diárias. O seu funcionamento é no horário das sete às dezenove horas. Apresenta seu quadro funcional composto por: uma diretora, uma vice-diretora, uma coordenadora pedagógica, duas professoras efetivas, duas professoras contratadas, cinco atendentes, uma monitora aluna de escola de educação especial, uma estagiária aluna de educação especial, uma cozinheira, uma auxiliar de cozinha estagiária e aluna especial da escola de

educação especial do município, três auxiliares de serviços gerais, uma funcionária celetista.

Em seu projeto político pedagógico a escola tem como filosofia:

O desenvolvimento integral da criança, levando-a a utilizar todas as suas potencialidades, tomando consciência da importância de expressar suas opiniões, dúvidas e sentimentos, encorajando-s a interagir no mundo que a cerca, percebendo seu papel na sociedade, buscando sempre de maneira prazerosa e lúdica a construção do conhecimento num ambiente acolhedor, seguro e afetivo. (Projeto Político Pedagógico da EMEI BMQ, 2008, p.12).

Em seu marco conceitual dentro de seu projeto político pedagógico destaca uma concepção de criança e infância relatando que:

Na sociedade medieval a criança ingressava na vida cotidiana, praticamente como um adulto, não havia nenhuma atenção especial por elas, à infância não era tão valorizada e estimulada como na atualidade. Com pouco tempo de idade a criança já iniciava tarefas e rotinas de trabalhos diversos. Com o passar do tempo o adulto percebe que a criança passou a ter um papel mais importante, e com isso, surgiu a percepção de infância. (Projeto Político Pedagógico da EMEI BMQ, 2008, p. 09)

E continuando em sua concepção a respeito da infância, também esclarece seu posicionamento quanto às necessidades das crianças com algum tipo de deficiência ao destacar:

As crianças com qualquer deficiência, independente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou emocionais são crianças que têm as mesmas necessidades básicas de afeto, cuidado e proteção, e os mesmos desejos e sentimentos das outras crianças. Elas têm a possibilidade de conviver, interagir, trocar, aprender, brincar e serem felizes, embora algumas vezes de forma diferente.(Projeto Político Pedagógico, EMEI BMQ, 2008, p.10)

O projeto político pedagógico desta escola continua esclarecendo e destacando a importância do brincar, dos cuidados e do apoio que são necessários para o atendimento e educação das crianças:

Ser criança e ter infância é estar na fase mais importante da vida, fase esta onde se adquire e forma a personalidade, onde se torna necessário apoio, e jamais deve ficar solitária e isolada, pois toda criança precisa de brincar e se integrar com os outros, para assim, desenvolver aspectos positivos do ser humano. (Projeto Político Pedagógico da EMEI BMQ, 2008, p.10)

A escola tem uma postura de inclusão e diversidade social escrita em seu Projeto Político Pedagógico com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996:

Novos paradigmas sociais foram discutidos sob a ótica legal, isto refletiu diretamente na prática pedagógica dos educadores da atualidade. A LDB 9394/96 prevê no capítulo V a inclusão dos portadores de necessidades educativas especiais e superdotados na rede escolar normal. Além disso, a Lei Federal número 10.639/2003, estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana na educação básica, buscando cumprir o estabelecido na Constituição Federal de 1988. O paradigma da inclusão e diversidade remete a pensar as questões do acesso e da qualidade na educação, visando abrir os olhos dos sistemas de ensino para a necessidade de uma nova organização dos espaços educacionais a partir de uma visão abrangente do currículo, com vistas à eliminação das barreiras que dificultam ou impedem a participação e aprendizagem de todos na escola(LDB 9394/96 apud Projeto Político Pedagógico da EMEI BMQ, p. 10-11)

3. Movimento Histórico da Educação Especial no Brasil

A educação especial no Brasil acompanhou o período da pós revolução industrial e surge na segunda metade do séc. XIX com a criação das primeiras instituições asilares. Tratava-se de internatos e se destinavam ao atendimento de deficientes visuais e auditivos. Uma dessas instituições foi criada no ano de 1854 e chamava-se Instituto dos Meninos Cegos, atualmente denominado Instituto Benjamin Constant (IBC). Foi a primeira instituição de educação especial criada da América Latina e situa-se na cidade do Rio de Janeiro. A outra instituição criada foi o Instituto Nacional de Educação de Surdos, que atualmente denomina-se INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) e que está localizada na mesma cidade. Esse instituto foi fundado por um professor surdo Ernest Hwet, um francês que veio ao Brasil convidado pelo Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos. Esse professor começou a lecionar para dois alunos no Colégio Vassimon, que em 1856 passou a chamar-se Imperial Instituto dos Meninos Surdos-Mudos. Depois de cem anos de fundação, no ano de 1957, passou a chamar-se de Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Mazzotta salienta que a medida de criação de institutos ainda era muito precária nacionalmente, devido ao grande número de pessoas cegas e surdas.

A despeito de se constituir medida precária em termos nacionais, em 1872 com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos,

atendiam 35 cegos e 17 surdos, a instalação do IBC e do INES abriu discussão dos portadores de deficiência. (1996.p.26).

Os surdos e cegos eram excluídos da sociedade, pois eram considerados incapazes. Porém, com a criação desses institutos, houve uma conquista para o atendimento de pessoas deficientes, na medida em que começam as discussões sobre essa educação. Inicialmente a educação especial apresentou-se mais voltada para o atendimento de pessoas com deficiências visuais e auditivas, com total ausência de atendimento e preocupação relacionados às pessoas com deficiência física ou mental.

Segundo Mendes (2001) médicos e pedagogos no Brasil no século XVI acreditavam na possibilidade de trabalhar os indivíduos ineducáveis e começam sendo eles mesmos os professores desses indivíduos. As atividades tiveram uma institucionalização por meio de asilos e manicômios, onde as pessoas de comportamento inadequado eram confinadas e precariamente tratadas. O tratamento iniciou-se no período Imperial, onde os doentes mentais eram assistidos em hospitais psiquiátricos. Os institutos tinham a função de tirar e isolar surdos e cegos do convívio social, embora não fosse necessário, pois eles não assinalavam nenhum perigo para a sociedade, por causa de suas deficiências e sofreram ações preconceituosas da época, determinadas pelas preocupações higienistas.

Por volta de 1926, de acordo com Mazzotta (1996), no Rio Grande do Sul, na cidade de Canoas é fundado o Instituto Pestalozzi, que lançou no Brasil o internato para o atendimento especializado aos deficientes mentais, expandindo-se posteriormente no país.

Criado em 1926 por um casal de professores, Tiago e Johanna Würth, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o Instituto Pestalozzi introduziu no Brasil a concepção da "ortopedagogia" das escolas auxiliares européias. Em 1927 foi transferido para Canoas (RS) como internato especializado no atendimento de deficientes mentais.(Mazzotta,1996 p.42)

Conforme Mazzotta (1996) a organização de serviços para atender a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos iniciou no Brasil em meados do século XIX, com inspirações nas experiências européias e dos Estados Unidos. A política educacional brasileira somente vai tratar sobre a

Educação Especial por volta do final da década de cinquenta, durante o século XX. Na década de 50 do século passado ocorreu a criação de várias instituições de educação especial pelo Brasil, com algumas escolas públicas e com escolas especiais privadas de caráter filantrópico, deixando o governo, de certa forma isento de sua obrigatoriedade em ofertar mais escolas para o atendimento e ensino aos alunos deficientes nas redes públicas de ensino. A história da Educação Especial no Brasil então foi marcada pela falta de compromisso do governo nessa modalidade de ensino. Somente no final dos anos 50 o governo passa a assumir a sua obrigatoriedade no atendimento dos alunos com deficiência e isso aconteceu inicialmente por meio de campanhas assistenciais. Em 1957 o governo assume nacionalmente esse tipo de atendimento com a realização de campanhas. Uma delas foi chamada de “Campanha para a Educação de Surdos Brasileiros” com objetivo de dar educação e assistência aos surdos no país.

Nos anos posteriores, mais duas campanhas foram apresentadas: “Campanha Nacional da Educação e Reabilitação do Deficiente da Visão”, e a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais”.

A Educação Especial no Brasil foi marcada também por iniciativas particulares de pais e responsáveis pelos deficientes com a criação de associações para dar atendimento a esses alunos e contemplar as suas necessidades, como as APAES, que se originaram no Rio de Janeiro, também no ano de 1957.

A Educação Especial, como modalidade da educação escolar é expressada pela primeira vez na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 4.024/61, relatando que a educação das pessoas com deficiências deve enquadrar-se no sistema geral da educação. Posteriormente, com a LDB 5.692/71, fica definido o tratamento especial para alunos com deficiência física, mental e para os superdotados. Na atual LDB nº 9.394/96 a educação especial aparece em um capítulo específico, reforça a obrigatoriedade de educação e estende a oferta de educação especial à faixa etária de zero a seis anos.

Durante os anos 80 foi lançado um movimento mundial com ideais de integração social, com a luta pelos direitos dos deficientes também. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 promove, em um de seus artigos, a inclusão de

peças com deficiência na rede regular de ensino, assegurando-lhes o direito à educação da mesma forma como a todo cidadão.

Conforme o art. 208 da Constituição Federal de 1988:

“III- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (Cap.III, p.50, 1988)

Em muitas escolas brasileiras esse tipo de atendimento para os alunos com necessidades educativas especiais, embora garantidos por lei, não é oferecido devido à falta de recursos pedagógicos, à falta de sensibilidade e, também, à resistência de alguns professores que se dizem despreparados para trabalhar com esses alunos na rede regular de ensino.

Algumas declarações internacionais influenciaram também na implementação das leis e políticas da educação brasileira. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, foi elaborada na Tailândia e reforçou a garantia que todo cidadão teria acesso aos serviços relacionados às suas necessidades básicas. Destacou a importância da educação para todas as pessoas considerando-a como um direito de todos.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pelo Governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, resultou na Declaração de Salamanca (1994) que é um dos documentos mais importantes sobre a questão da inclusão escolar. Essa declaração aborda os Princípios, a Política e a Prática em Educação Especial. Foi elaborada a partir da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), e introduziu a questão do atendimento especial nas escolas regulares para as crianças com necessidades educativas especiais, tendo como um de seus pressupostos:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos aprendem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através dos currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as várias comunidades. (Declaração de Salamanca, 1994, p.11)

Essa declaração defende que todos os alunos precisam estar na escola e precisam ser respeitados em seus ritmos de aprendizagem, apresentando deficiência ou não. Ela valoriza o trabalho escolar e as relações estabelecidas

entre os alunos. Também discute sobre a atenção educacional que deve ser prestada aos alunos com necessidades educativas especiais, enfatizando que todas as crianças, independente de suas características, têm direito à educação. Portanto, devem ser reconhecidas as suas necessidades para a promoção de sua aprendizagem.

A sugestão feita por essa declaração de que todos os alunos precisam estar na escola, tendo ou não deficiência, salienta que a escola precisa tomar atitudes para bem receber esses alunos, sendo que uma delas é construir adaptações estruturais assim como curriculares. Essas adaptações favorecerão uma ação docente que visa a promoção e o desenvolvimento de todos os alunos, com necessidades educativas especiais ou não. A escola deve repensar o seu papel, modificar os critérios de avaliação, atividades, elaborar e atualizar o seu projeto político pedagógico, de maneira que contemple a sua ação enquanto escola inclusiva.

Conforme Carvalho (2008) o atendimento da escola inclusiva deve merecer atenção na sua qualidade para que não se cometa equívocos relacionados com as características dos alunos a serem atendidos.

A proposta inclusiva diz respeito a uma escola de qualidade para todos. Uma escola que não segregue, não rotule e não “expulse” alunos com problemas uma escola que enfrente, sem adiamentos, a grave questão do fracasso escolar e que atenda à diversidade de características de seu alunos.(Carvalho, p.98, 2008)

É preciso que a escola tenha serviços de apoio para garantir a aprendizagem de todos e para atender o mais adequadamente possível a diversidade de seus alunos. Algumas atitudes podem ser tomadas para que as ações pedagógicas sejam favoráveis à inclusão escolar, visando ao progresso educacional e à inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais.

A Declaração de Salamanca aborda em seu texto as palavras inclusão e escola, explorando de que formas as instituições escolares precisam se conscientizar sobre as diferenças e necessidades dos alunos. Penso que essa declaração foi uma grande investida para a inclusão, no momento em que ela estabelece uma educação para todos, ao propor mudanças pedagógicas e estruturais nas escolas a fim de que se tornem inclusivas. No Brasil, a educação inclusiva está sendo implementada nas escolas, com algumas

resistências de educadores, mas a qualificação desses profissionais é um caminho para atender melhor a todos os alunos.

4. A construção do conceito de Infância

Na sociedade medieval, o sentimento de infância não existia. Dessa forma, não havia uma distinção entre criança e o adulto, e as particularidades das crianças não eram levadas em consideração. Quando nascia, a criança daquela época, já era inserida no mundo adulto. Não se tinha consciência da importância da infância como um período de desenvolvimento com características específicas.

O autor Phillipe Àries faz um estudo cronológico sobre a história da infância em seu livro intitulado: “A História Social da Criança e da Família” de 1973, e afirma que por um longo período não houve lugar para a infância, pois desde pequena a criança, era incorporada no mundo adulto. As crianças eram consideradas como adultos em miniaturas, sendo inclusive vestidas como adultos. Frequentavam os mesmos espaços que os adultos, como as festas e, até mesmo nas artes as particularidades das crianças não eram consideradas, pois as pinturas da época não retratavam a figura física de uma criança e sim as feições de um adulto. Aos poucos, durante os séculos XVI e XVII as crianças começam a ser olhadas de maneira diferenciada e começa-se a retratar as crianças.

Foi no século XVII que os retratos de crianças sozinhas se tornaram numerosos e comuns. Foi também nesse século que os retratos de família, muito mais antigos, tenderam a se organizar em torno da criança, que se tornou o centro de composição.” (Àries, 1991.p. 65)

Aos poucos a infância começa a ser vista como a fase da ingenuidade, da graça. No século XVII, a relação com os cuidados com a criança mudam, pois antes existiam muitos infanticídios e a Igreja começa a não aceitar mais esses episódios. Inicia uma preocupação com a preservação das crianças e elas passam a ser associadas à figura do Menino Jesus. A partir disso, muda a relação da criança com seus familiares, que passam a educá-la. A “paparicação” da criança pelos adultos é despertada pela sua graciosidade, e

os estes começam a olhá-la, aproximam-se dela e consideram-na como sendo uma espécie de distração. Esse sentimento de “paparicação” surgido com a afeição familiar pela criança, fez com que elas fossem vistas como seres de Deus, conforme Àries:

O primeiro sentimento da infância – caracterizado pela “paparicação”- surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos escolásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. (1981 p.164)

Nasce o sentimento de apego à criança no século XVII e então ela passa a ser educada conforme os costumes da família e disciplinada fora do mundo adulto. No século XVIII a família passa a se preocupar com os cuidados de saúde e higiene da criança o que antes não ocorria, e assim ela passa a ser mais considerada na família. Com a modernidade, a família muda a sua maneira de ver a criança, passando a tratá-la com afeto. Antes as crianças eram inferiorizadas, pois os adultos não tinham apego com elas.

A infância aos poucos começa a se firmar dentro da sociedade, com o surgimento das preocupações e valorizações referentes à criança. Com a Modernidade, os jovens que crescem precisam estudar para desempenhar um ofício na nova sociedade que surge e, então, precisa ser educado. A família, ao mudar o seu olhar para a infância, passando a ter afetividade, tem a preocupação de prepará-la para a vida. Dessa forma, as crianças são encaminhadas às escolas, que lhes transmitem, além de ensinamentos, o comportamento e o conhecimento. A escola visava o disciplinamento e controle do ensino. Conforme Àries a partir do século XVII os jogos e educação são associados ao investimento educacional nas crianças.

Com os trabalhos desenvolvidos pelos pensadores como Comenius(1593), Rousseau (1712), Pestalozzi (1746) aparece um novo pensar sobre a infância, passando esta a ser valorizada, como categoria social e, posteriormente, surgem métodos educativos específicos para as crianças.

5. O BRINCAR E O JOGO EM DEFINIÇÃO

De acordo com autora Kishimoto, a definição de jogo é um pouco difícil, pois a palavra, ao ser pronunciada, é entendida de diversas maneiras. Os jogos recebem a mesma denominação, mas têm especificidades diferentes:

Tentar definir jogo não é tarefa fácil. Quando se pronuncia a palavra jogo cada um pode entendê-la de modo diferente. Pode-se estar falando de jogos políticos, de adultos, crianças, animais ou amarelinha, xadrez, adivinhas, contar estórias, brincar de "mamãe e filhinha", futebol, dominó, quebra-cabeça, construir barquinho, brincar na areia e uma infinidade de outros. Tais jogos, embora recebam a mesma denominação, têm suas especificidades". (Kishimoto, p13. 1999)

No século XVI os jogos educativos na Roma e Grécia antiga, antes de Cristo eram utilizados para o ensinamento das letras. Os filósofos preocupavam-se com o uso do jogo para educar, entre eles estão Platão e Aristóteles. Platão que foi um pedagogo, destacava a importância de se aprender brincando e Aristóteles sugeria na época os jogos imitativos, onde as atitudes adultas sérias eram focalizadas para a educação de crianças a fim de prepará-las para a vida futura. Durante a Antiguidade os educadores se utilizavam de alguns artifícios para ensinar crianças como: dados, guloseimas em formato de letras e números. Era dada importância ao desenvolvimento da percepção sensorial dos alunos em algumas disciplinas como matemática, filosofia e outras, conforme relata Wajskop (1995):

Na Antigüidade, utilizavam-se dados, assim como doces e guloseimas em formas de letras e números, para o ensino das crianças. A importância da educação sensorial nesse período determinou, portanto, o uso do "jogo didático" por professores das mais diferentes áreas, como filosofia, matemática, estudo das línguas e outros (Vial,1981 apud Wajskop, 1995, p.19,).

É possível perceber que era dada importância à brincadeira na educação naqueles tempos como forma de educar com o prazer conforme já admitia Platão. Já no Cristianismo vigorava uma educação disciplinadora onde eram impostos dogmas a serem seguidos. Os alunos não tinham tempo destinado para brincar, pois na escola as lições eram recitadas para que os alunos

memorizassem e obedecessem. Os jogos nesta época eram considerados delituosos, sendo analisados e associados à prostituição e à embriaguez. No período do Renascimento o jogo volta a ser incorporado ao cotidiano da vida dos jovens para a diversão.

O sociólogo Gilles Brougère (1998), além de identificar que, durante os séculos XVII e XVIII, o jogo era relacionado à futilidade e à criminalidade, identifica também que iniciaram outras relações entre jogo e a educação. Uma delas é a recreação, pois permite o relaxamento dos alunos durante esta atividade, despertando o interesse do mesmo:

O jogo é o relaxamento indispensável ao esforço geral, o esforço físico em Aristóteles, em seguida esforço intelectual e, enfim, muito especialmente, o esforço escolar. O jogo contribui indiretamente à educação, permitindo ao aluno relaxado ser mais eficiente em seus exercícios e em sua atenção. Em segundo lugar, o interesse que a criança manifesta pelo jogo deve poder ser utilizado para uma boa causa. (Brougère, 1998, pág. 54)

Segundo este autor, o jogo é visto como um artifício que motiva os alunos em sala de aula e o professor deve saber utilizá-lo para poder direcionar melhor o seu conteúdo em sala de aula. Entendo que o jogo e a educação sempre precisam estar relacionados para o aprimoramento do ensino dos alunos, estimulando a auto-estima dos mesmos, as relações entre eles, além de auxiliar no processo de aprendizagem.

Brougère em sua obra intitulada "Brinquedo e cultura" destaca:

Os brinquedos orientam a brincadeira, trazem-lhe matéria. Algumas pessoas são tentados a dizer que eles a condicionam, mas então, toda a brincadeira está condicionada pelo meio ambiente."(Brougère,1997, p.105)

Lino de Macedo (2005) psicólogo e professor titular da faculdade de Psicologia da USP e autor de várias publicações sobre o brincar destaca:

O brincar é fundamental para o nosso desenvolvimento. É a principal atividade das crianças quando não estão dedicadas às suas necessidades de sobrevivência (repouso, alimentação,etc). Todas as crianças brincam se não estão cansadas, doentes ou impedidas. Brincar é envolvente, interessante e informativo. Envolvente porque coloca a criança em um contexto de interação em que suas atividades físicas e fantasiosas, bem como os objetos que servem de projeção ou suporte delas, fazem parte de um mesmo contínuo topológico.

Interessante porque canaliza, orienta, organiza as energias da criança, dando-lhes forma de atividade ou ocupação. Informativo porque, nesse contexto, ela pode aprender sobre as características dos objetos, os conteúdos pensados ou imaginados. (Macedo, 2005, p.14)

Para Huizinga (1951) o jogo é uma atividade que prepara o jovem para tarefas as sérias que mais tarde irá desempenhar. Ele aponta algumas características do jogo como a não seriedade, onde a criança, quando brinca, o faz com atenção, pois ela ri, por isto é considerado não sério, embora o faça de modo compenetrado. Também destaca a natureza livre do jogo. Para o referido autor o jogo tem que ser livre, só é jogo quando tem a ação voluntária, a vontade presente de participar. Quando a criança joga, se distancia da realidade, entrando em um mundo mágico.

A professora e conselheira da Abrinq, Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos e professora do Instituto de Psicologia da USP, Universidade de São Paulo, Edda Bontempo tem trabalhos publicados dentro da área da Psicologia dos brinquedos e pesquisa sobre o brincar no processo de aprendizagem e afirma:

Brincar é a base da cultura e do povo. É um impulso tão natural que ninguém precisa ensiná-lo a um bebê. Ele já nasce sabendo. Brincar é algo essencial que permeia todas as situações da vida de uma pessoa. Quando uma criança brinca, ela está se preparando para a vida adulta. É uma forma de aprender a lidar com as coisas que estão à volta dela. (Bontempo, Revista Veja, 1996)

5.1 A importância do brincar para a criança

O brincar é um direito da criança assegurado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, é reconhecido por educadores e pesquisadores, além de ser registrado em declarações, leis que foram conquistadas adquiridas como esta na Declaração Universal dos Direitos da Criança aprovada na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1959, cujo artigo 31 reconhece que:

Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na

vida cultural e artística. (Nações Unidas do Brasil - Convenção sobre os Direitos da Criança)

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o direito de brincar é afirmado no artigo 16 como sendo um direito à liberdade:

Art.16- o direito á liberdade compreende os seguintes aspectos: I- ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II- opinião e expressão; III- crença e culto religioso; IV- brincar, praticar esportes e divertir-se; V- participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;VI- participar da vida política, na forma da lei; VII- buscar refúgio, auxílio e orientação (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, p.11)

Mas apesar de este direito ser garantido internacionalmente, nem sempre ele é garantido pelos pais, pelos educadores e pela escola.

Ao entrar para a escola a criança participa de diversas atividades e uma delas é a brincadeira, que envolve a ludicidade. No brincar a criança desenvolve a sua personalidade e estimula a sua afetividade, motricidade, inteligência e criatividade.

O brincar torna-se assim, muito necessário para a saúde física, emocional e psíquica de toda e qualquer criança. E, por consequência das brincadeiras com regras, ela aprenderá a concentrar-se, ter atenção e ser motivada. Na brincadeira a criança consegue conhecer a si mesma, interagir com o outro e também começa a perceber as regras do seu convívio social. Ela reconhece-se e ao outro também, nas suas diferenças e singularidades. A brincadeira dá oportunidade para a criança de realizar atividades coletivas com efeitos positivos no seu processo de aprendizagem, além de estimular o desenvolvimento de suas habilidades. Um dos defensores do brincar como contribuição do desenvolvimento pensamento infantil foi o psicólogo russo Vygotski. O brinquedo tem grande influência no início da composição da personalidade infantil e, segundo Vygotski (1998), o brinquedo não é somente uma atividade de simbolização, pois se baseia além do imaginário infantil também em regras, com comportamentos pré-estabelecidos. O brincar conforme este autor valoriza o fator social mostrando que o jogo de papéis é criado pela criança no brincar, durante uma situação imaginária. E ela incorpora elementos do contexto cultural adquirido por meio de interação e comunicação. A brincadeira com regras a serem acompanhadas também é

fonte de desenvolvimento e cria a zona de desenvolvimento proximal, como descreve Vygotski (1998, p. 134):

Assim, o brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal da criança. No brinquedo a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário; no brinquedo é como se ela fosse maior do que é na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo, uma grande fonte de desenvolvimento.

O brincar, conforme Vygotski contribui para o desenvolvimento de alguns aspectos importantes para a formação da personalidade como: afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade, criatividade.

Entendo que ao participar das brincadeiras a criança está usando a sua criatividade, favorecendo a interação e a sua capacidade de invenção, buscando novos conhecimentos. Na minha experiência como educadora infantil destaco a importância que os brinquedos têm na promoção de desafios voltados para os interesses das crianças quando manipulados livremente. Assim como o brinquedo, o jogo ao ser utilizado em sala de aula, ou fora dela, é um recurso de grande validade, pois trará benefícios para o professor e para seus alunos que, além de participarem de uma atividade lúdica e prazerosa, estarão brincando e aprendendo. O professor poderá observar seus alunos em suas atitudes no brincar e investigar novas formas de inovar a aprendizagem dos mesmos, com o uso do jogo. Ao propor uma brincadeira para seus alunos, o professor estará desafiando-os, pois os mesmos entrarão em contato com as regras do jogo, a fim de apropriar-se do conhecimento, de entender o jogo e de participar. Segundo esclarece Edda Bomtempo os jogos em grupo também tem a função de aprendizado para os alunos:

Jogos em grupo são importantes para o reconhecimento dos limites e dos parâmetros de convivência. Nas brincadeiras que se usam regra, a criança desenvolve estratégias. "Agora é a minha vez de jogar", "pisou na linha, está fora", são expressões comuns dessas brincadeiras e indicam um aprendizado. Se perder ou errar ela vai pensar como deve fazer para ganhar ou acertar na próxima vez. É um aprendizado lúdica, em que se acumulam experiências para tentativa, erro e acerto. (Revista Veja, 1996, p.10).

Em meu cotidiano, atuando como professora, acredito que o jogo é um instrumento de lazer e de aprendizagem. Portanto, procuro relacionar

conteúdos que devem ser desenvolvidos, com uma proposta lúdica. Durante o período das festividades juninas, nesse ano de 2009, ao me deparar com esse conteúdo a ser desenvolvido, procurei realizar atividades como: pesquisar brincadeiras antigas dentro da cultura das festas juninas e realizar essas brincadeiras com meus alunos, contando com a participação do aluno com necessidades educacionais especiais. Considero que esse trabalho foi muito importante para o desenvolvimento dos alunos e para a integração do aluno incluído, visto que o mesmo demonstra interesse pelas atividades recreativas que envolvem música e dança.

Conforme Fortuna (2003), o educador ao fazer o uso do jogo dentro de uma proposta lúdica de aprendizagem deverá para isso garantir dentro do planejamento e da rotina de sala de aula o espaço do brincar na busca da construção do conhecimento, preocupando-se também com a organização espacial e temporal para a realização dessas atividades:

A rotina diária não é neutra e o modo como o tempo é ocupado na sala de aula diz muito sobre as concepções de ensino, aprendizagem, aluno, professor e conhecimento. Também é incumbência do educador lúdico a adequada seleção de atividades, pois esse gesto evoca a intencionalidade de seu fazer pedagógico. Os critérios para a seleção vão desde os objetivos que o professor tem em mente para a realização daquela atividades-objetivos esses que nunca devem ser impermeáveis ao inesperado que surge quando se até sua adequação espacial e temporal". (2003, p.16).

Ao se propor brincadeiras em grupo, na sala de aula, nós educadores estaremos promovendo a inclusão de todos os alunos, incentivando a relação social, o diálogo e dando aos nossos alunos a oportunidade de trocar experiências lúdicas coletivamente. Através do jogo e do brincar a criança estará conhecendo a sua cultura e sendo inserida no mundo e compreendendo-o.

Para Brougère o educador tem um papel importante no incentivo de brincadeiras em grupo quando destaca:

O educador pode, portanto, construir um ambiente que estimule a brincadeira em função dos resultados desejados (1997, p. 105)

Entendo que o brincar é essencial para toda criança, pois ela irá participar de seu mundo e desenvolver-se física, emocional e intelectualmente. A criança

que participa de atividades lúdicas consegue firmar seu posicionamento, expressa-se oralmente e corporalmente no estabelecimento de relações em conjunto. Ao participar de brincadeiras a criança terá então a oportunidade de desenvolver a sua personalidade, pois estimulará a sua afetividade, motricidade, criatividade, inteligência e sociabilidade.

Cunha (2005) afirma que brincar é primordial na vida das crianças. Segundo ela brincar tem sua importância porque:

Porque o brinquedo é oportunidade de desenvolvimento. Brincando, a criança experimenta, descobre, inventa, exercita e confere suas habilidades. O brinquedo estimula a curiosidade, a iniciativa e a autoconfiança. Proporciona aprendizagem, desenvolvimento da linguagem, do pensamento e de concentração da atenção. Brincar é indispensável à saúde física, emocional e intelectual da criança. É uma arte, um dom natural que, quando bem cultivado, irá contribuir, no futuro, para a eficiência e o equilíbrio do adulto. O brinquedo espontâneo pode ser considerado sob dois aspectos: auto-expressão e auto-realização. Considera-se como de auto-expressão as atividades livres, construções, dramatizações, música, artes plásticas, etc. é considerado de auto-realização o brinquedo organizado, ou seja, aquele que tem uma proposta e portanto requer determinado desempenho. Quanto mais simples o material, mais fantasia exige; quanto mais sofisticado, em maior desafio se constitui, mas é sempre uma oportunidade para que a criança interaja, faça escolhas e tome decisões. (Cunha, Nylse H. S, 2005 p.11)

Acredito que o brincar não é puramente uma atividade de diversão, mas sim de construção de conhecimento, socialização e enriquecimento de potencialidades. Segundo pesquisas realizadas sobre o uso de brinquedotecas hospitalares, o brincar é positivo para toda a criança em especial àquela que está internada. O brincar ajuda a alterar o ambiente em que a criança hospitalizada está e auxilia no seu bem-estar funcionando com efeito terapêutico, como traduz Fortuna:

Brincar é considerado terapêutico, haja vista a semelhança de função que têm alguns brinquedos com o psicoterapeuta, como confidentes de segredos e ouvintes pacientes, ensejando a prática espontânea de uma espécie de psicoterapia. A díade terapêutica formada pela e seu ursinho de pelúcia, por exemplo, permite o desdobramento da personalidade da criança mediante o qual, agindo sobre o brinquedo, interpreta papéis elaborando emoções e situações complexas, difíceis de outro modo, de aceitar e compreender. (Fortuna, T. Escola oficina lúdica, 2004)

O brincar também propõe um benefício para a educação e vejo que o professor em sala de aula, deve usar de toda a sua criatividade para inserir

atividades lúdicas para que seus alunos. Pois além de aprenderem brincando as crianças acabam integrando-se, se socializam, melhoram e fortalecem a auto-estima durante a sua participação. E com isto, é necessário o incentivar a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais nas atividades lúdicas integradoras com dos demais colegas.

Para Bomtempo, o brincar também tem sua importância no aspecto cognitivo e educacional de uma criança quando destaca:

A partir da década de 70, os pesquisadores começaram a descobrir que, para as crianças, é muito fácil aprender brincando do que copiando as lições que o professor transcreve no quadro em sala de aula. Brincar é importante para o desenvolvimento da linguagem e para a socialização, hoje as melhores escolas são aquelas que usam a brincadeira como recurso pedagógico. (Revista Veja, 1996,p.11)

5.2 Pensadores que defendem o jogo e o brincar

O pedagogo Friederich Fröebel foi um dos primeiros educadores a considerar a infância como fase decisiva na formação de pessoas. Nascido em 1782 na Alemanha este educador recebeu influências em sua educação, de seu pai que era pastor luterano. Froebel aplicou estes ensinamentos religiosos na sua forma de educar e formar indivíduos. Ele mudou as concepções sobre a infância na época e fundou o primeiro jardim-de-infância, o kindergarten, onde eram atendidas crianças com idades inferior à seis anos. Defendia que as brincadeiras eram um recurso para a aprendizagem.

Segundo Fröebel, o brincar é uma atividade livre e espontânea da criança e também serve como suporte para o seu ensino. Durante o ato de brincar, representavam e criavam para apropriar-se do seu mundo e entendê-lo, e assim desenvolver-se. Entendendo que a criança necessita estabelecer relações entre objetos, cultura e a natureza, Froebel cria jogos de construção com propósito de estimular a imaginação infantil, acreditava que o jogo é objeto da ação do brincar. Froebel escreveu o livro : “A educação do homem” e relatava que o homem deve harmonizar-se com Deus e com todas as suas criações. O homem, para ele ao exteriorizar-se em suas criações, e procurar a sua essência, cultivá-la no seu interior.

Os brinquedos criados por Froebel foram denominados por ele de “dons”, ou materiais educativos, que seriam presentes para as crianças, para poder

ajudá-las a desenvolverem seus outros dons doados por Deus. Nos brinquedos, e nos jogos o educador, observa que funcionam através das regras e salienta que o adulto deve participar do jogo. O papel do adulto é importante, pois vai incentivar a criança a criar idéias através do jogo, e a desenvolver-se.

A criança segundo Froebel, para desenvolver-se como ser humano precisa exteriorizar o interior, e ela faz isto através do simbolismo, na brincadeira. A criança se expressa como vê o mundo no ato de brincar, e por meio desta atividade que se pode conhecer a criança. Froebel elege então, a brincadeira e os brinquedos como meio onde as crianças aprendem o seu mundo. O lúdico favorece o desenvolvimento. Dessa forma, entende-se que a criança necessita brincar para favorecer o seu crescimento.

Froebel ao criar os jardins de infância elege o jogo e os brinquedos como essenciais para o trabalho pedagógico para mediar o autoconhecimento, durante o exercício de exteriorização e interiorização de cada criança. Para ele o jogo a brincadeira é uma das formas em que a criança utiliza para expressar como vê o mundo, por tanto uma atividade importante e séria. Ao observar as crianças Froebel salienta que o jogo tem bons resultados para as crianças pois lhe dá além dos benefícios intelectuais, os morais e físicos.

A criança que brinca sempre, com determinação auto-ativa, perseverando, esquecendo sua fadiga física, pode certamente tornar-se um homem determinado, capaz de auto-sacrifício para a promoção do seu bem e de outros...Como sempre indicamos, o brincar em qualquer tempo não trivial, é altamente sério e de profunda significação.(Froebel, 1912c, p.55).

Maria Montessori foi educadora, médica e antropóloga e destacou-se também contribuindo com o seu trabalho orientado para as crianças deficientes. Nascida em 31 de março de 1870, em Chiaravalle era de família religiosa e foi a primeira mulher a cursar Medicina. Trabalhou na Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de Roma, tendo se baseado nas obras de Jean Itard e Edward Séguin para construir sua teoria. Também se dedicou às crianças anormais.

Jean Itard foi reconhecido por educar um menino selvagem, Victor de Aveyron, no início do século XIX, conforme aponta Mazzotta:

Reconhecido como a primeira pessoa a usar métodos sistematizados para o ensino de deficientes ou retardados mentais Itard, trabalhou durante cinco anos com Vítor, uma criança de doze anos, menino selvagem capturado na floresta de Aveyron, no sul da França, por volta de 1800.(Mazzotta, p. 20, 1996)

Edward Séguin foi um professor, médico e atuou em experiências pedagógicas em pequenos internatos e também montou uma escola para anormais. O seu método era baseado na observação de seus alunos e o educador segundo ele, teria que fornecer o apoio necessário e ter uma boa preparação científica para seu aluno. Segundo Séguin esperar, saber aproveitar as oportunidades eram as qualidades para o bom educador dos alunos com deficiências. Mazzotta esclarece a respeito de Edward Séguin, que também era médico, dedicado às pesquisas sobre a educação dos deficientes mentais:

Edward Séguin (1812-1880), aluno de Itard e também médico, prosseguiu com o desenvolvimento dos processos de ensino para os gravemente retardados, a partir do ponto em que Itard ficou. Em vez de trabalhar com um só menino, como Vítor, estabeleceu o primeiro internato público na França para crianças retardadas mentais, e imaginou um currículo para elas. Sua técnica era neurofisiológica, baseada na crença de que o sistema nervoso deficiente dos retardados podia ser educado pelo treinamento motor e sensorial. Desenvolveu amplos materiais didáticos pedindo aos professores que seguissem seus processos de treinamento sistemático, de modo também sistemático. Usava, ainda, cores, música e outros meios para motivar a criança.(1996, p. 21).

No ano de 1898, em Turim, Montessori defendeu a sua tese sobre o estudo da educação moral salientando que as crianças deficientes não poderiam ser excluídas da sociedade e precisavam igualmente de educação, com um bom método pedagógico. Nesta perspectiva, Montessori defendeu que ser necessário a criação de um ambiente na escola que ajudasse o aluno com deficiências, onde seria observado, e orientado, conforme o método de Séguin e para os professores poderia ser feito um aperfeiçoamento de suas práticas.

Maria Montessori destacou-se pela sua inovação e suas práticas educacionais perpetuaram-se. Para ela era fundamental a utilização de jogos e materiais didáticos em sala de aula, então inovou na construção o material dourado. Ela tornou-se muito conhecida e sendo convidada a ser a delegada no Congresso Internacional dos Direitos da Mulher em Berlim. Neste local fez

um discurso sobre a igualdade de direitos sociais inclusive de estudos e tornou-se internacionalmente famosa, convidada novamente a palestras em outros eventos, mas negou-se em função de seus trabalhos. Montessori voltou a Roma e foi convidada a observar crianças deficientes mentais que estavam em uma sala vazia e sem brinquedos, sem estímulos para interagir. Maria Montessori, baseada na leitura de materiais dos trabalhos de Séguin e Itard, aplicou o seu estudo deste material com as crianças que estava observando. A partir destas inovações Montessori conseguiu que crianças deficientes mentais freqüentassem uma escola e aplicou em outras crianças normais.

Jerome Bruner, psicólogo, nascido em 1915 na cidade de Nova York, realizou importantes estudos sobre o brincar. Para ele, questões cognitivas estão relacionadas com a cultura e educação. Segundo este autor a criança, através do jogo, adquire suas competências, e o jogo é uma forma de sair dos padrões comportamentais. Bruner, ao longo de suas pesquisas, investigou os efeitos do lúdico na pré-escola e desenvolveu a sua teoria sobre o brincar. Relatou que são muito importantes as brincadeiras interativas, pois contribuem para desenvolvimento cognitivo das crianças. O estudioso relata que as brincadeiras são importantes para o desenvolvimento das competências das crianças, pois é no ato de brincar que as crianças têm a oportunidade de exploração e solucionar problemas que também acompanhadas por um adulto, poderão ser melhor orientadas e estimuladas. Ao participarem de brincadeiras as crianças estarão desenvolvendo as suas inteligências.

Kishimoto (1998) relata que Bruner afirmava que o lúdico promove a flexibilização ao se buscar ferramentas culturais. As brincadeiras portanto são formas de socializar e desenvolver a criança.

Durante os anos 70 Jean Piaget foi um suíço que divulgou através de seus estudos, o uso dos jogos e brincadeiras com ênfase no seu valor pedagógico, o que se perpetua até os dias atuais. Piaget apresentou uma enorme contribuição para o ensino e o conhecimento ao salientar em suas pesquisas as etapas do desenvolvimento infantil. Defendeu o uso do jogo por ser essencial para toda a criança.

Dividiu o jogo em três fases, conforme a faixa etária das crianças, para melhor entendê-las em suas descobertas: jogos de exercício, jogo simbólico e jogos com regras.

Segundo Piaget, os jogos de exercícios apresentam-se durante a primeira infância, por volta dos 18 meses de vida, onde a criança bebê faz manifestações repetidas, onde se movimenta ativamente e manipula objetos, descobre suas mãos.

Os jogos simbólicos surgem por volta do segundo ano e quarto ano de vida e a sua função é de satisfazer o eu, transformando o real em função de seus desejos, ou seja a criança brinca de boneca e representa a sua própria vida, podendo, até rever conflitos, através do faz- de- conta.

E os jogos de regra surgem por volta do quinto ano de vida e dão à criança a oportunidade de aliar a sua satisfação motora com a intelectual, por meio da participação. É o momento em que as crianças brincam de bolas de gude, bolas, jogo de cartas, com a apresentação de acordos e regras entre elas para o funcionamento das brincadeiras. Para o estudioso Piaget os jogos de regras representam um potencial para a formação social e cultural da criança. O desenvolvimento da criança tem continuidade, pois baseia-se em um desenvolvimento anterior, e o transforma.

Considero que a instituição de educação infantil tem um papel importante muito importante no incentivo da sua participação da criança, no estabelecimento e na ampliação de suas interações nas atividades recreativas para que assim, possa desenvolver-se plenamente. Mas isto tem que ter continuidade também quando a criança ingressa no ensino fundamental. A escola, seja ela pública ou particular, independente dos níveis de educação (infantil ou de ensino fundamental) tem que oportunizar a todos os alunos a interação através do brincar e do jogo, que tornem em sua rotina um espaço que seja construído. O jogo tem o seu valor para o aluno e professores, e para a escola quando tem qualidade educativa quando aplicado com uma intencionalidade e num espaço físico propício e adequado. O professor pode colaborar para que o jogo seja um momento de descobertas para seus alunos, através de sua metodologia de trabalhos em grupo e verificando antes aplicar um jogo, que ele seja adequado à cada faixa etária e para que efetivamente enriqueça a atividade lúdica em sala de aula.

5.3 O brincar e a criança com necessidades educativas especiais

O brinquedo dá a toda criança a capacidade de desenvolver-se, pois produz novas experiências ao manuseá-lo e através dele também pode inventar novas brincadeiras. Além disso, ajuda a criança a estimular a sua curiosidade e desenvolver o seu pensamento. Brincar é essencial para qualquer criança, pois lhe trás benefícios indispensáveis à sua saúde física, emocional e intelectual.

Em se tratando de crianças com necessidades educativas especiais, por apresentarem algumas características específicas, como dificuldades de expressão oral ou motora, é preciso que ela seja estimulada a brincar, com o acompanhamento de um adulto para incentivá-la. E isto tem que se fazer de maneira com que se respeite as suas necessidades e o seu desenvolvimento.

A criança com necessidades educativas especiais precisa também de atenção, orientação, conhecimento e atividades de lazer como qualquer outra criança. É importante que o alunos com necessidades educativas especiais tenham a oportunidade de participarem de brincadeiras em grupo, de maneira espontânea e com autonomia. O professor precisa contribuir com isto e ter a sensibilidade de observar e compreender as reais necessidades de seus alunos e planejar brincadeiras além de oferecer materiais adequados a faixa etária de seus alunos.

O professor antecipadamente poderá averiguar se os brinquedos a serem manipulados estão em condições de uso, para que a brincadeira se torne estimulante e prazerosa, olhando para que os brinquedos: sejam inquebráveis e de preferência emborrachados, não pontiagudos, que tenham cores vibrantes para incentivar a atenção, criação e participação destes alunos, com cores claras, vivas e vibrantes e de fácil manipulação. Também é interessante que os brinquedos, a fim de incentivar a atenção e criação por parte dos alunos, produzam sons, tenham uma textura agradável e de fácil contato.

Entre os brinquedos selecionados com os devidos cuidados pode-se citar como exemplos como: bola de borracha, jogos de quebra-cabeça ou de memória, bichos de pelúcia ou de borracha, fantoches de materiais diversos como os de pano. Entendo que a estimulação da criança com necessidades

educativas especiais, com o uso de brinquedos adequados como alguns citados anteriormente, podem auxiliar no incentivo da participação desta criança em grupo e ajudá-la a desenvolver-se. Precisamos ter claro que algumas crianças podem apresentar dificuldades de manipulação dos brinquedos, como as crianças que sofrem paralisia cerebral, mas como pesquisadores e sabedores das reais necessidades de nossos alunos, quaisquer que sejam elas, precisaremos fazer adaptações a fim de incentivar os alunos na participação lúdica. É importante que se conheça a realidade social também da criança com necessidades educativas especiais com a qual se está trabalhando em sala de aula, conhecer sobre a sua deficiência para assim poder executar e criar atividades lúdicas apropriadas ao seu desenvolvimento e necessidades.

6. O USO DO BRINCAR E A INCLUSÃO ESCOLAR NA VISÃO DOS PROFESSORES

Todos os entrevistados nesta pesquisa atuam diretamente com os alunos em sala de aula, sendo que o professor R atua em uma turma do II ano do ensino fundamental de nove anos, com alunos de faixa etária de 7 anos rede municipal de ensino de Cachoeirinha. Possui Graduação em Pedagogia, habilitação em Supervisão Escolar e Pós-Graduação em Ensino de Filosofia e Sociologia. A professora L atua há 21 anos na rede municipal de ensino de Cachoeirinha e sua formação é em Pedagogia, atuando em turmas do I ano do ensino fundamental de nove anos, nos turnos da manhã e da tarde, com alunos da faixa etária de 6 anos. Os dois professores atuam na Escola de Ensino Municipal de Ensino Fundamental GV.

Já a docente C está atuando há seis meses na Escola Municipal de Educação Infantil BMQ, em Gravataí, com turma de Maternal II. Possui graduação em Pedagogia, habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais.

A professora Z leciona em um grupo de alunos com faixa etária de 5 anos de idade, no cargo de professora de educação infantil no município de Gravataí através de contrato emergencial. É responsável pela turma do jardim II no turno da manhã. Outro dado interessante é que a mesma é professora aposentada da rede de ensino estadual, onde atuou com séries iniciais e finais do ensino fundamental, assim como no cargo de vice-direção. Também atuou por curto

período na rede municipal de ensino de Porto Alegre, mas em função de deslocamento optou por atuar no seu município, visto que na época lecionava na região leste de Porto Alegre e morava em Morungava, em Gravataí. Tem formação em Magistério e graduação em História.

A educadora I trabalha mesma escola em turma de Jardim I, no turno da tarde e atua há dezoito anos em sala de aula na rede de ensino deste município. Nesse momento está cursando Pedagogia, na ULBRA - Universidade Luterana do Brasil, em Gravataí.

Com os depoimentos coletados na pesquisa, por meio dos questionários respondidos pelos professores pude compreender o que eles pensam a respeito do brincar e a inclusão na escola.

O professor R, por exemplo, que atua em turma do II ano do ensino fundamental de nove anos, quando questionado sobre o seu posicionamento a respeito da inclusão na rede regular de ensino afirma que:

Acredito na importância da inclusão escolar para o trabalho pedagógico, pela e nas atividades na inclusão das diferenças.

A professora C afirma:

Acho importante desde que haja a devida preparação dos profissionais assim como acompanhamento devido.

Já a professora L diz que:

Só funciona no papel.

Professora Z comenta:

Política de inclusão quer dizer todas as crianças na escola em convivência mútua, porém desde que os profissionais em educação sejam preparados para essa prática e se disponha de recursos, materiais e humanos adequados para isso.

E a educadora I:

Já tivemos na escola alunos com síndrome de Down e outros sem diagnóstico definido, para esses foi um progresso.

Os professores em seus comentários refletem sobre a importância da inclusão, mas afirmam que para que ela seja efetivada a fim de atender as reais necessidades dos alunos nas escolas, é preciso também uma boa preparação por parte dos docentes e dos demais funcionários que atuam com os alunos da escola. A inclusão é um processo contínuo dentro das escolas para atender a diversidade de seus alunos para isto, é preciso que a escola tenha faça adaptações curriculares, que são adequações das atividades dentro da escola para atender as necessidades de seus alunos. De acordo com Carvalho as adaptações curriculares tem as finalidades conforme destaca:

Conseguir a maior participação possível dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais em todas as atividades desenvolvidas no projeto curricular da escola e na programação da sala de aula. Levar tais alunos a atingirem os objetivos da cada nível do fluxo educativo, por meio de um currículo adequado às suas necessidades. Evitar a elaboração de currículos específicos para alunos em situação de deficiências ou para todos que, no processo de aprendizagem, apresentam características significativamente diferenciadas das de seus pares, no que se refere à aprendizagem e à participação.(Edler, Carvalho, 2008, p. 115)

A instituição escolar poderá adotar algumas atitudes como estratégias pedagógicas que vão ser convenientes com o processo de inclusão na rotina de seu dia-a-dia. Um exemplo seria convocação de reuniões com a comunidade escolar e serviços de apoio para o esclarecimento de dúvidas a respeito da função da escola inclusiva. A escola poderá ainda fazer adaptações curriculares modificando os seus objetivos, conteúdos, atividades e critérios para as avaliações para promover o bom atendimento das diferenças de seus alunos e desenvolver também a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais. A sua estrutura física também poderá ser modificada com adaptações arquitetônicas, com ambiente adequado com rampas de acesso para alunos cadeirantes e banheiros adaptados, que também são necessários.

Ao se falarem em preparação os professores estão demandando mais apoio de uma equipe que os ajude no dia-a-dia com os alunos que evidenciam necessidades educativas especiais. Concordo com a preocupação por parte dos docentes sobre a preparação de profissionais para atender os alunos com necessidades educativas especiais de maneira competente os alunos com

necessidades educativas especiais, que . Porque reconheço que nós professores temos que ter mais apoio pedagógico, e esclarecimento por parte dos especialistas das áreas da Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional para nos darem esclarecimentos sobre as diferentes deficiências, que os alunos apresentam e orientações sobre as iniciativas que podemos tomar em nosso dia-a-dia na escola afim de atender fazem parte do grupo de alunos.

Isso evidencia a necessidade de uma reformulação política, filosófica e estrutural da escola de ensino regular. O projeto político pedagógico de uma escola é o documento que dará o norteamento a ser seguido para que se contemple a inclusão das pessoas com necessidades educativas educacionais, pois ele precisa ser flexível, dinâmico e concebido para que as ações dentro da escola sejam efetivadas através do diálogo, contemplando a todos, sem qualquer tipo de exclusão. A respeito disso Carvalho afirma:

A inclusão no espaço escolar pressupõe toda uma discussão acerca da intencionalidade educativa e deve constar do projeto político-pedagógico. (Carvalho, p. 100, 2008)

Em outra questão a respeito de como está sendo encaminhada a inclusão em suas escolas com os alunos com necessidades educativas especiais, os professores das diferentes escolas assim se posicionaram:

A professora L afirma:

Na minha sala a inclusão esta sendo tranqüila e o aluno está adaptado

O professor R assim se posiciona:

Estão sendo inseridos alunos com PNE em algumas turmas. Os alunos com PNE mais severas tem o acompanhamento de monitores. Alguns alunos não avançam, pois o professor sem o apoio de monitores não consegue atender melhor este aluno.

A professora C evidencia que:

A inclusão acontece de maneira tranqüila, temos poucos casos os quais não necessitam de tratamentos muito diferenciados. As crianças recebem um tratamento especial, mas ao mesmo tempo realizam e participam das mesmas

atividades que os demais colegas. Demonstram pequenos avanços neste período que atuo na turma.

A professora Z diz que:

A inclusão esta em fase de experimentação e com pouco conhecimento, habilidades e recursos, desta forma não temos ainda o resultado desta experiência.

A educadora I relata que:

Eu acredito na inclusão, porém os pais têm que ter bem claro que o tratamento específico não pode ser abandonado. Não é por que seu filho está progredindo entre os ditos normais, que o tratamento tem que ser abandonado. Na escola temos professores e não médicos. Também digo, deve haver uma monitora para auxiliar a professora, sempre há imprevistos.

De forma geral os professores entrevistados relatam a sua maneira de pensar a respeito da inclusão e salientam que a parceria com os pais de alunos com necessidades educativas especiais também é importante dentro deste processo nas escolas.

O brincar é uma situação de aprendizagem, os alunos quando estão em uma interação lúdica podem inventar, criar e recriar novas brincadeiras. Em alguns momentos de situações de brinquedo observei na turma de educação infantil, em que leciono a reinvenção de novas atitudes afim de apropriar-se da sua realidade quando se utilizam de brinquedos ou fantoches, para comporem diálogos imitando situações rotineiras. É preciso que aconteça sempre o brincar na rotina escolar, para que a criança seja estimulada a participar em grupo, construir conhecimento e interagir com todos os seus colegas. E em se tratando de uma turma de alunos que apresente um ou mais aluno com necessidade educativa especial, isso é essencial para inseri-lo no grupo de colegas.

Os entrevistados foram questionados sobre os seus posicionamentos a respeito do brincar, o jogo e o desenvolvimento da criança com necessidades educativas especiais e relataram em suas respostas que o brincar é importante para a socialização dos alunos. Outros relatam que ao brincarem os alunos

com necessidades educativas especiais participam das brincadeiras e quando não podem exercer alguma atividade são auxiliados pelos seus colegas. Os entrevistados destacam que o brincar e o jogar têm destaque na educação de seus alunos em de acordo com as suas respostas.

Professora Z:

Na maioria das vezes por não saber como lidar nesta situação a "criança especial" não se sente incluída, apenas assiste, cabe ao professor proporcionar situações nas quais os demais alunos contribuam neste processo em que o jogo, o brincar, o fazer possam realmente incluir e não excluir. O apoio pedagógico também é fundamental nesta prática".

A professora destaca a importância do papel do professor dentro do processo de inclusão de seus alunos e nas interações com o brincar. Sendo necessária a intervenção positiva do adulto para promover a socialização de todos os alunos nas brincadeiras dentro da escola para que nenhum dos alunos seja deixado do lado de fora das mesmas. Em relação à função do educador no brincar destaca o que revela Fortuna :

O educador infantil que realiza seu trabalho pedagógico na perspectiva lúdica observa as crianças brincando e faz disto ocasião para reelaborar suas hipóteses e definir novas propostas de trabalho. Percebe que o melhor jogo é aquele que dá espaço para a ação de quem brinca e instiga e engendra mistérios. Intervém no brincar, não para apartar brigas ou para decidir quem fica com o quê, ou quem começa e sim para estimular a atividade mental e psicomotora dos alunos, com questionamentos e sugestões de encaminhamentos. (Fortuna, p. 14, 2002)

Professora C:

Acho de suma importância o brincar e o jogo para essas crianças, pois socializam com o grupo de maneira natural, facilitando assim seu desenvolvimento em diversos aspectos.

Educadora I:

Depende do grau de necessidade especial, se for leve, a criança consegue acompanhar e muito bem as atividades que envolvem as brincadeiras, e se necessitar de ajuda, as crianças são sempre as primeiras a ajudá-la.

O professor R se posicionou sobre isto afirmando:

O brincar e o jogo desenvolve o lúdico para todos os envolvidos no processo educativo, desenvolvendo sentimentos de alegria e cooperação importantes no desenvolvimento sadio do educando.

Quando questionadas sobre o surgimento do brincar durante a rotina escolar os professores afirmam:

Professora C, do maternal II:

Em nossa rotina existe o momento de brincar chamado – a hora do brinquedo - onde todos os alunos brincam livremente ou com orientações das professoras. Assim como, no decorrer de alguma brincadeira dirigida ou atividade, surge o interesse das crianças em brincar que na maioria das vezes pode ser atendido.

Profa Z Jardim II:

A partir das necessidades das crianças como prática diária e fundamental ao desenvolvimento delas.

O professor R, que atua em turma do II ano do ensino fundamental, responde sobre as diferentes maneiras de educar de forma lúdica, o que, para ele, contribui para o trabalho de alfabetização de seus alunos quando cita:

Em algumas horas do conto, em músicas cantadas onde se usa a letra para trabalhar como contexto para o trabalho da alfabetização e atividades motoras.

A educadora I comenta sobre a importância do brincar rotina da educação infantil quando diz que:

Na rotina da educação infantil a rotina dos alunos pode ser aprender brincando para ser feliz. Todas as atividades poderão se dar através do uso do jogos e brincadeiras.

A professora L afirma que:

O brincar é essencial para eles que estão na turma de I ano e estão entrando na vida escolar.

Conforme as respostas dos entrevistados, é possível verificar que o brincar, para eles, pode ser usado nas diversas formas de interação e aprendizagem dos seus alunos, desenvolvidas nos diferentes níveis de ensino das escolas pesquisadas. Nas suas respostas os professores afirmam que o brincar é necessário dentro das rotinas escolares, e salientam que ele pode ser explorado com o uso das mais diferentes metodologias, como em rodas cantadas, horas do conto, contribuindo com o aprendizado dos alunos, sendo o lúdico considerado, também, como uma forma de incentivar o aprendizado.

Quando questionados sobre a participação dos alunos com necessidades educativas especiais se são aceitas durante as brincadeiras e demais atividades da sala na turma, os professores responderam que os alunos aceitam.

A educadora I afirma:

Dependendo do brincar, pude observar que ao propor em sala os jogos de memória, bingos, conforme a dificuldade do aluno com necessidades educativas especiais, ele não consegue acompanhar, a professora deve então proporcionar uma outra brincadeira para esse aluno brincar. Um exemplo: oferecer-lhe um carrinho ou algo que esse aluno goste de brincar, deve assim conhecê-lo melhor.

O professor R que atua com crianças com idade de 7 anos relata:

Sim, plenamente pois nessa fase as crianças são mais tolerantes às diferenças. E quando aplico um jogo em sala de aula, este aluno é ajudado, orientado de certa forma pelos colegas quando participa. Tem alunas que sentam ao seu lado até mesmo quando estão copiando ou fazendo exercícios no caderno e dão um auxílio a ele.

A profa C da turma do maternal II discorda um pouco da opinião da maioria dos professores, relatando o que com seus alunos de idade entre 4 e 5 ano de idade:

Nem sempre, algumas vezes não são bem aceitos pelos colegas pelo fato de não corresponderem as expectativas esperadas, ou atrapalharem algumas brincadeiras ou atividades.

A professora Z responde:

Sim são aceitos porém participam com certa dificuldade.

Com as respostas foi constatado que durante as brincadeiras os jogos os alunos com necessidades educativas especiais, nas turmas onde estão incluídos participam das atividades com o auxílio de seus professores e também de outros alunos. A sensibilidade do professor em oferecer um brinquedo que é do agrado do aluno com necessidades educativas especiais para brincar, como foi destacado pela educadora é importante, pois sendo algo que ele irá saber manipular quando não quer participar no jogo grupo, este aluno não se sentirá fora do grupo. A atitude do professor para auxiliar o aluno incluído e reintegrá-lo no grupo é imprescindível por isso deve ter um olhar observador e sensível.

Questionei dos professores entrevistados como os alunos das turmas realizam a interação com os alunos com necessidades educativas especiais nas turmas onde estão incluídos?

A profa L relata que:

Na minha turma foi muito natural a inclusão deste aluno, os alunos interagem bem com ele, e ele participa muito bem de tudo com o grupo de colegas.

A professora Z afirma:

Com naturalidade, pois quanto menor a criança também menor é o processo de “exclusa” ou dicriminação em relação ao outro.

O professor R diz:

Sem nenhum entrave, simplesmente pedem a participação dos alunos nas atividades.

A professora C concorda e afirma:

As crianças já estão adaptadas umas com as outras. Brincam juntos mas em momentos curtos.

A educadora I confirma que as crianças interagem com os alunos com necessidades educativas especiais quando diz que:

A interação entre as crianças é ótima, para os alunos ditos normais, eles apesar de sentirem que o colega tem alguma dificuldade, para eles não é barreira para interagir e ajudá-lo se for o caso.

Conforme as respostas dos professores é possível observar que de modo em geral nas turmas onde há alunos incluídos com as mais diferentes necessidades especiais, não há dificuldades interação, mas cabe sempre ressaltar a importância da atitude coerente do professor ao oferecer e estimular a integração de todos os seus alunos sempre.

Ao professores entrevistados foram questionados a respeito de quais os serviços de apoio que lhes são disponibilizados, pois todos têm alunos incluídos em suas turmas, com diferentes necessidades e afirmam que:

A professora Z afirma :

Atualmente tanto professor quanto o apoio pedagógico da escola e do município estão vivendo um momento de experimentação; troca de vivências, ajudando-se mutuamente num processo que está a recém em construção.

A professora L que atua com alunos com idade de 06 anos diz que:
Até o momento só tive uma palestra sobre o assunto e tenho uma educadora social que fica com o aluno dando-lhe assistência.

A professora C relata que:

Recebemos apoio pedagógico nos momentos de necessidade, mas esses alunos não recebem nenhum tratamento diferenciado á não ser uma atenção especial quando necessário. Acredito, na minha opinião, que o profissional que atua diretamente com esses alunos deveria receber orientações práticas de como lidar em certos momentos com eles . Para que então não prejudique o aluno ou mesmo haja avanços e bom desenvolvimento dessas crianças.

A educadora I que atua na mesma escola de educação infantil juntamente com a professora C diz que:

No momento não temos nenhum apoio, nem a monitora para nos auxiliar a escola possui.

De acordo com as respostas, alguns professores comentam que não recebem apoio pedagógico ou orientações e ficam com dúvidas sobre as atitudes a serem tomadas a fim de dar uma melhor atenção, saber como agir ou dar uma assistência para o aluno com necessidades educativas especiais, em sala de aula. É necessário nas escolas um maior apoio esclarecimento a todos os professores e funcionários sobre a inclusão e também das necessidades, deficiências dos alunos incluídos para poderem recebê-los adequadamente.

Ao serem questionados sobre os objetivos elaborados para as atividades lúdicas com os alunos, os professores destacam a importância de proporcionar alfabetização, lazer, diversão. O professor R relata comenta quais são os seus objetivos ao propor um jogo ou uma brincadeira para o grupo de alunos e como são alcançados:

Proporcionar lazer, ambiente alfabetizador de forma lúdica. São alcançados na medida em que os alunos interagem e participam ativamente das atividades.

A professora L quando questionada responde que:

Cada jogo ou brincadeira tem seus objetivos específicos e esses objetivos são alcançados através da participação e integração de todos.

A professora C associa o aspecto cognitivo, e afetivo entre seus objetivos ao trabalhar com a proposta do brincar com seus alunos conforme comenta:

Os objetivos principais são: desenvolvimento cognitivo, atenção e concentração, assim como a afetividade e socialização. Entre os alunos principalmente, os especiais. São alcançados com a interação direta e contínua professora e alunos.

A educadora I relata que:

O objetivo é educar. É por meio das brincadeiras que as professoras podem observar e construir à visão dos processos de desenvolvimento das crianças, tanto do grupo ou de cada uma em particular.

E professora Z:

O jogo e a brincadeira devem acima de tudo ter como objetivo maior o educar, socializando, formando responsabilidades, respeito. Desenvolvendo, além disso, os aspectos psicomotor, intelectual e afetivo. O brincar representa a preparação para a vida.

Finalizando este capítulo sobre as entrevistas pude constatar que os professores em seus depoimentos na pesquisa realizada são favoráveis a inclusão e argumentam que as escolas onde atuam estão se adequando para receberem os alunos com necessidades educativas especiais. Os professores falam que precisam de mais apoio de especialistas para aprimorar a atuação em sala de aula, constatando-se a necessidade de um maior auxílio e orientação aos professores das escolas.

Com relação ao brincar e a criança com necessidades educativas especiais das escolas pesquisadas, os professores salientam que importante para todos os alunos o brincar, e revelam que usam as brincadeiras como forma de propiciar a integração, a educação e aprendizagem de todos os seus alunos e apóiam os alunos incluídos nas participações em salas de aula. Os professores exemplificam as diversas formas de propor as atividades lúdicas para incluírem os alunos e os integrarem com o grupo de colegas de aula.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda criança tem direito de estar em uma escola, e que tenha qualidade de ensino, independente de suas limitações. A escola que se propõe ser inclusiva deve atender à todos os alunos acolhendo-os e instigando o seu desenvolvimento. Carvalho (2008) relata sobre a proposta de uma escola inclusiva:

A educação inclusiva, tema que tem motivado inúmeras e interessantes discussões, diz respeito à educação de boa qualidade para todos. (Carvalho, p.101)

É importante que na escola a criança com necessidades educativas especiais seja inserida em todas as práticas educativas e o brincar é um percurso. Ao participar de atividades lúdicas juntamente com seus colegas ela estará aprendendo em grupo, vivenciando e trocando experiências. A inclusão escolar deve se iniciar nos primeiros anos do ensino da Educação Básica, começando quando a criança com necessidade educativa especial ingressa na Educação Infantil, pois neste período o trabalho é mais direcionado ao lúdico onde os alunos interagem e aprendem brincando. É importante que o professor proponha a vivência lúdica para a criança para que ela na escola estimule a sua criatividade. O professor também pode participar juntamente das brincadeiras com seus alunos durante a realização das atividades lúdicas pois assim estará fazendo intervenções e educando. Também terá a oportunidade de oferecer materiais, como os brinquedos incentivando o brincar e organizando o ambiente e espaços para propor a realização do brincar de seus alunos. Considero que a sala de aula também é um espaço integrador da ação pedagógica do professor pois dentro deste ambiente será refletido, principalmente em escola de educação infantil, todo o trabalho proposto. O espaço de sala de aula na educação infantil precisa ser considerado, planejado, organizado em razão das necessidades das crianças. Vejo que é importante, ao se organizar uma sala de aula infantil, fazer primeiro uma análise dos fatores que influenciarão na sua organização que são: número de alunos a serem atendidos que ficarão na sala, faixa etária e as características do grupo de alunos. A sala de aula de educação infantil é um ambiente que

deve oportunizar para a criança o seu desenvolvimento e o domínio do novo ambiente. É preciso oferecer a criança instalações convenientes e adequadas para que ela satisfaça as suas necessidades, como por exemplo, ter fácil acesso a prateleiras, estantes para buscar alguns materiais de seu uso, e movimentar-se livremente de maneira segura e adequada. Autores, como Zabalza (1998, p. 256) fazem referências ao espaço adequado, preparado, rico em estímulos aos alunos, em se tratando da educação infantil:

“A sala de aula deve estar organizada em diferentes áreas de jogo, trabalho que favoreçam a diversidade de opções e, portanto, a escolha por parte da criança.”

Na escola de educação infantil mencionada na pesquisa, foi possível constatar as salas de aula, não apresentam um lugar ideal para o desenvolvimento das atividades lúdicas mais movimentadas com as crianças, pois são pequenas. E em função terem um espaço mínimo, é visível a dificuldade de se realizar uma atividade que envolva mais dinâmicas que movimente os alunos, precisando que se realize brincadeiras orientadas com o grupo nos espaços externos da escola, como os pátios, ou na área externa. Mas estes espaços também necessitam de uma nova organização em sua estrutura física, assim como as salas de aula. A escola possui ainda um espaço denominado de brinquedoteca, destinado a acolher cada turma em um determinado dia da semana, a fim de que os alunos realizem atividades lúdicas e compartilhem brinquedos inventando novas brincadeiras. Este espaço é bem distribuído, com brinquedos e jogos adequados a diferentes faixas etárias. e dá a todas as crianças a possibilidades de uma vez por semana durante uma hora a vivenciarem o brincar, e participarem juntamente das atividades coletivas dirigidas pelas professoras desta instituição.

Neste trabalho destaco que toda ação lúdica desempenha no ambiente escolar, a possibilidade dos alunos com necessidades educativas especiais a terem vivências, que contribuirão para a sua aprendizagem, o seu desenvolvimento, estimulação e a familiarização com seus colegas. Fica evidente que o brincar é também um instrumento que pode ser utilizado pelos professores, para favorecer a inclusão escolar de todos os alunos independente de suas limitações.

8 REFERÊNCIAS

- ARCE, Alessandra. *A Pedagogia na “era das revoluções”; uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel*, Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. 2ed. 1975.
- BRASIL. *Constituição Brasileira*. Brasília, 1988.
- _____. Ministério da Educação. (1988). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei federal, 8069.
- BONTEMPO, Edda. *A Barbie é ótima*. 1996. **Veja**, São Paulo, v. n. 37 p. 9 -11, 09 de Outubro de 1996. Entrevista concedida a Esdras Paiva
- BROUGÉRE, G. *Brinquedo e Cultura*. 2ed. São Paulo; Cortez, 1997.
- _____. *Jogo e educação*; trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- BRASIL, NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os direitos da criança*. art.31. disponível em http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca1.php.
- CARVALHO; R.E. *Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico*. Porto Alegre; Medicação, 2008.
- CUNHA, N.H.S. *Brinquedos desafios e descobertas*. Petrópolis. RJ; Vozes, 2005.
- DOHME, V. *Atividades lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelos do aprendizado*. Petrópolis, RJ; Vozes. 2003.
- FORTUNA, T.R. *Sala de aula é lugar de brincar?* In: XAVIER, M. L. F.; DALLA ZEN, M. H. *Planejamento; análises menos convencionais*. Porto Alegre: Medicação, 2000. (Cadernos de educação Básica, 6).
- _____, T.R. *Jogo em sala de aula; recurso permite repensar a s relações de ensino aprendizagem*. Revista do Professor, Porto Alegre, v. 19 n. 75 p. 15-19. Jul/set. 2003.
- _____, T. R. *O brincar, as diferenças, a inclusão e a transformação social*. **Atos de Pesquisa**, Blumenau, v. 3, n. 3, 2008. Disponível em <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/1228/890> Acesso em 28 abr. 2009. ISSN 1809-0354
- _____, T. R. *Brincando e aprendendo a viver*. **UFRGS**, Porto Alegre. Disponível em <http://www.ufrgs.br/faced/extensao/brincar/Brincando> e aprendendo a viver. ppt. Acesso em 15 de setembro de 2008

_____, T. R. *Papel do brincar: aspectos relevantes a considerar no trabalho lúdico*. **Revista do Professor**, Porto Alegre, n. 18, v. 71, p. 9-14, jul./set. 2002.

_____, T. R. *Brincar, viver e aprender: educação e ludicidade no hospital*. **Ciências e Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 35, p. 185-201, jan./jun. 2004.

_____, T. R. O brincar, as diferenças, a inclusão e a transformação social. **Atos de Pesquisa**, Blumenau, v. 3, n. 3, 2008. Disponível em <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/1228/890> Acesso em 28 abr. 2009. ISSN 1809-0354

_____. *Sala de aula é lugar de brincar? In: XAVIER, M. L. F: DALLA ZEN, M. H. Planejamento; análises menos convencionais*. Porto Alegre: Medicação, 2000. (Cadernos de educação Básica, 6).

LORENZINI, M. *Paralisia cerebral: conclusões. Brincando a brincadeira com a criança deficiente: novos rumos terapêuticos*. Barueri; Manole, 2002. P.33-51+119-123.

MACEDO, LINO de. *Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar*. Porto Alegre, Artmed, 2005.

MAZZOTTA, M.J.S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E.G: *Deficiência Mental; a construção de um conceito e a realidade educacional*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, SP. 1995.

KISHIMOTO, T. M. *O brincar e suas teorias*. São Paulo; Pioneira, 2002. _____ *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 3 ed. São Paulo; Cortez, 1999.

_____. *Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1993.

SELAU, B. *Inclusão na sala de aula*. Porto Alegre. 2007

ZABALZA, Miguel A. *Qualidade em educação Infantil*. Porto Alegre, Artmed. 1998.

9 ANEXO TERMO DE AUTORIZAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ALUNA: Carla Rejane Santos Ribeiro

ORIENTADORA: Mauren Lúcia Tezzari

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Trabalho: O jogo e o brincar na promoção da inclusão de crianças com necessidades especiais na escola pública

Objetivos a serem pesquisados:

- Verificar a função do ato de brincar para o desenvolvimento e inclusão das crianças com necessidades educativas especiais na escola pública;
- Analisar a participação dos alunos com necessidades especiais nas brincadeiras promovidas na escola;

Entrevistas:

As entrevistas serão realizadas individualmente com a aplicação de questionário a serem gravadas e geradas com o propósito único de pesquisa. Será respeitado as normas éticas quanto ao uso e sigilo. A pesquisa não gerará dano ou despesa para a pessoa participante.

Eu _____ aceito a participar da entrevista e fui informada (o) dos termos acima esclarecidos.